

Uma pré-história da competência em informação: a busca pelos indícios dos elementos fundantes de um campo

A pre-history of information literacy: searching evidence of the grounding elements of a scientific discipline

Una prehistoria de la alfabetización informacional: búsqueda de evidencias de los elementos fundadores de una disciplina científica

Victor Soares Rosa

Mestre em Educação

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

ID <https://orcid.org/0000-0002-8387-4410> E-mail: victor.soares.rosa@gmail.com

Rev. Inf. na Soc. Contemp., Natal, RN, v. 9, 2025

ISSN 2447-0198

DOI: <https://doi.org/10.21680/2447-0198.2025v9n1>

Submetido em: 21-10-2024

Reapresentado em: 28-02-2025

Aceito em: 02-03-2025



RESUMO

Busca indícios da pré-história da Competência em Informação na epistemologia e na história da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Identifica em documentos destes campos relações com a Educação de modo a analisar fenômenos que conformam o que, a partir do século XX, é a Competência em Informação. Consiste em um estudo qualitativo e documental, que emprega simultaneamente o paradigma indiciário e a análise hermenêutica-dialética em textos diversos. Considera que a pré-história da Competência em Informação está alicerçada: 1) na epistemologia da Biblioteconomia; 2) no papel educacional da biblioteca pública, fundamentado, entre outras chaves, na alfabetização de adultos das classes populares e no desenvolvimento de hábitos de leitura; 3) na redefinição da prática da leitura e do espaço da biblioteca escolar, de um modelo enciclopédico para um modelo ativo; 4) no paradigma cognitivista da Ciência da Informação e nas teorias como a do comportamento informacional; 5) na categoria usuários no âmbito dos estudos informacionais; 6) nas tendências temáticas da Ciência da Informação e na sua interdisciplinaridade; 7) no serviço de referência, na instrução bibliográfica e na educação de usuários; 8) no contexto neoliberal que toma o cenário político-

social brasileiro da década de 1990; e 9) no Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar fundado por Bernadete Campello na Universidade Federal de Minas Gerais.

Palavras-chave: competência em Informação; bibliotecas públicas; paradigma cognitivista; usuários da informação; epistemologia da Ciência da Informação.

ABSTRACT

It searches evidence of the prehistory of Information Literacy in the epistemology and history of Library Science and Information Science. It identifies relationships with Education in documents from these fields in order to analyze situations that define what, from the 20th century onwards, is Information Literacy. The study is qualitative and documentary. It employs the evidentiary paradigm and hermeneutic-dialectic analysis in different texts. It considers that the prehistory of Information Literacy is based on: 1) the epistemology of Library Science; 2) the educational role of the public library, based, among other keys, on the literacy of adults from the popular classes and the development of reading habits; 3) the new practice of reading and the space of the school library, from an encyclopedic model to an active model; 4) the cognitivist paradigm of Information Science and theories such as information behavior; 5) the users category on informational studies; 6) the thematic trends of Information Science and its interdisciplinarity; 7) the reference work, bibliographic instruction and user education; 8) the neoliberal context that took over the Brazilian political-social scenario in the 1990s; and 9) the School Library Study Group created by Bernadete Campello at the Federal University of Minas Gerais.

Keywords: information literacy; public libraries; cognitivist paradigm; information users; epistemology of Information Science.

RESUMEN

Busca evidencia de la prehistoria de la Alfabetización Informacional en la epistemología y la historia de la Bibliotecología y la Ciencia de la Información. Identifica relaciones con la Educación en documentos de estos campos para analizar situaciones que definen lo que, a partir del siglo XX, es la Alfabetización Informacional. El estudio es cualitativo y documental. Se emplea el paradigma evidencial y el análisis hermenéutico-dialéctico en diferentes textos. Considera que la prehistoria de la Alfabetización Informacional se fundamenta en: 1) la epistemología de la Bibliotecología; 2) el papel educativo de la biblioteca pública, basado, entre otras claves, en la alfabetización de los adultos de las clases populares y en el desarrollo de hábitos de lectura; 3) la nueva práctica de la lectura y el espacio de la biblioteca escolar, de un modelo enciclopédico a un modelo activo; 4) el paradigma cognitivista de la Ciencia de la Información y teorías como la del comportamiento informacional; 5) la categoría de usuarios en los estudios informacionales; 6) las tendencias temáticas de la Ciencia de la Información y su interdisciplinariedad; 7) el trabajo de referencia, la instrucción bibliográfica y la educación de usuarios; 8) el contexto neoliberal que se apoderó del escenario político-social brasileño en la década de 1990; y 9) el Grupo de Estudios de la Biblioteca Escolar fundado por Bernadete Campello en la Universidad Federal de Minas Gerais.

Palabras-clave: alfabetización informacional; bibliotecas públicas; paradigma cognitivista; usuarios de información; epistemología de la Ciencia de la Información.

1 INTRODUÇÃO

A leitura de Bezerra, Schneider e Saldanha (2019) revela situações que conformam a Competência em Informação (ColInfo). A bem da verdade, tais situações iluminam algo que considero uma pré-história da ColInfo. Refiro-me, especificamente, ao debate dos autores que aponta o cenário biblioteconômico-informacional nos Estados Unidos, delimitado pelo ano de 1876. Nesse país e nesse ano, emergem fenômenos que são basilares para a ideia que, a partir de 1974, estaria circunscrita na *information literacy*. Destaco, conforme os autores: 1) a criação da *American Library Association* (ALA); 2) a definição da biblioteca pública como aparelho cultural e educacional potencial no processo de alfabetização de adultos e no desenvolvimento dos hábitos de leitura; 3) o fortalecimento da economia industrial; e 4) o fortalecimento da noção de democracia pautada, inclusive, na emancipação dos sujeitos e na distribuição dos bens sociais e culturais. França e Rússia, igualmente, veem certa noção de biblioteca pública emergir para fazer cumprir o objetivo de transformar a sociedade “[...] pela via do conhecimento registrado tornado publicamente acessível pela materialidade [...]” (Bezerra; Schneider; Saldanha, 2019, p. 9) de tal tipo de biblioteca. Não obstante, a história da competência está na compreensão do serviço de referência e da instrução bibliográfica, os quais envolvem o conhecimento e o aprendizado das obras de referência, dos instrumentos de pesquisa e dos demais materiais disponíveis em uma biblioteca (Bezerra; Schneider; Saldanha, 2019).

Pois essa pré-história da Competência em Informação muito me move. Interessa-me, fundamentalmente, esse momento anterior ao lançamento do relatório de Paul Zurkowski, que acontece em 1974 (Zurkowski, 1974). Há mais, na verdade. Sublinho o cenário espaço-temporal de meados do século XX no qual emerge a ColInfo brasileira. A história da chegada da Competência em Informação no Brasil em 1998 pela via do Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nesse sentido, também me importa. Reside nesses tópicos, a pré-história da ColInfo e o contexto de sua emergência no Brasil, meu estudo principal. Questiono, assim, o que há de indícios do que viria a ser a Competência em Informação na história e na epistemologia dos campos biblioteconômico e informacional entre 1876 e 1974, no âmbito dos Estados Unidos, e entre 1876 e 1998 no Brasil. Essencialmente, busco identificar na trajetória da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, sobretudo as brasileiras, elementos conformadores de um diálogo

de tais áreas com a Educação. Tal diálogo, por seu turno, possibilita compreender as bases de uma disciplina científica, a Competência em Informação, que, não obstante dialogar com a Educação, preocupa-se com os modos como os sujeitos buscam, usam e se apropriam de informações e, principalmente, com a conscientização desses sujeitos sobre os contextos nos quais tais informações são produzidas e circuladas, de tal modo que aprendam a aprender ao longo de suas vidas. Estabeleço, assim, um recorte que vai de 1876 a 1974 no plano estadunidense, tendo em vista a publicação do relatório de Zurkowski fundador da *information literacy*, e de meados do século XIX a 1998 no Brasil, considerando-se a criação do GEBE por Bernadete Campello na UFMG.

Parece-me relevante perseguir a compreensão de tal fenômeno, haja vista que a ColInfo consiste, sobremaneira, em um processo de ensino e aprendizagem por meio do qual um profissional ensina a um grupo ou a um indivíduo saberes de Biblioteconomia e de Ciência da Informação. Com tais saberes, esses indivíduos aprendem a buscar, localizar, selecionar, recuperar, organizar, avaliar, produzir, compartilhar e divulgar informações crítica, ética e adequadamente (Uribe Tirado, 2013). Se por um lado, a Competência em Informação é um processo de ensino e aprendizagem, por outro ela consiste em um saber, isto é, um conhecimento propriamente. Uribe Tirado (2013, p. 13, tradução própria), em sua macrodefinição de ColInfo, sumariza que, com tal saber, os sujeitos que passam pelo processo reconhecem as suas necessidades de informação, bem como alcançam e compartilham novos conhecimento e têm “[...] as bases para uma aprendizagem permanente (*lifelong learning*) para benefício pessoal, organizacional, comunitário e social (*evitando o abismo digital e informacional*) diante das exigências da atual sociedade da informação [...]”¹.

Digo que ColInfo é, essencialmente, um serviço biblioteconômico-informacional. É ação, prática biblioteconômica, práxis se tomada como potencial forma de transformação da sociedade pela via do conhecimento. Como serviço e práxis, é realizada por meio de um processo de ensino e aprendizagem – aulas sistematizadas via programas formais, com currículo, didática e avaliação. Além disso, ocorre em diferentes contextos, tais como a escola, a universidade, a comunidade ou o trabalho, para citar alguns. Naturalmente, a Competência em Informação é sempre orientada a um objetivo didático. No fim desse processo, o sujeito

¹ No original: “[...] tener las bases de un aprendizaje permanente (*lifelong learning*) para beneficio personal, organizacional, comunitario y social (*evitando la brecha digital e informacional*) ante las exigencias de la actual sociedad de la información.”

aprendiz tem internalizado um novo saber, notadamente informacional. Com tal saber, é capaz de reconhecer e avaliar os contextos nos quais informações são produzidas e circuladas e, assim, apropriar-se delas de modo consciente. O aprendizado dos saberes que alicerçam a Colinfo, ainda, modifica o comportamento informacional e as práticas informacionais dos indivíduos.

O artigo está estruturado, além desta Introdução, em mais quatro seções, a saber. Em *Procedimentos metodológicos*, classifico o estudo em relação aos seus tipos e apresento os métodos a partir dos quais é desenvolvido. Em *Indícios na epistemologia e na história da Biblioteconomia*, busco refletir sobre a epistemologia da Biblioteconomia, pois se trata de uma área circunscrita nos domínios do social e do educacional; sobre a biblioteca, a pública e a escolar, e as suas funções na educação e na emancipação dos sujeitos. Em *Indícios na epistemologia e na história da Ciência da Informação*, abordo a categoria usuários da informação, o paradigma cognitivista e as tendências temáticas do campo. Na seção seguinte, *Eis que a Information Literacy chega ao Brasil*, alguns indícios mais são apresentados, os quais evocam o contexto neoliberal brasileiro da década de 1990 e a formação do Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar. O artigo é encerrado com as *Considerações finais*.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo é qualitativo e documental. Preocupa-se fundamentalmente com os sentidos e com as aspirações da Competência em Informação. Minayo (2016) explica que a pesquisa qualitativa envolve justamente os significados, as aspirações, os motivos, os valores e as crenças que circunscrevem os fenômenos. A pesquisa documental, por seu turno, envolve materiais que podem ser considerados fontes primárias (Oliveira, 2016). Nesse sentido, cabe destacar o porquê de aqui considerar materiais essencialmente bibliográficos como fontes documentais. Isso se dá porque o objetivo traçado para esta investigação não é identificar resultados de pesquisa ou métodos. Tais referenciais – artigos, teses e dissertações, capítulos de livros – são, no âmbito deste trabalho, fontes documentais de ordem primária que evidenciam os sentidos da Competência em Informação.

Para dar conta da proposta, adota-se o paradigma indiciário, explicado por Ginzburg (1999). Esse historiador sintetiza que tal procedimento consiste na busca por pistas

relacionadas ao objeto de estudo. Como não se constitui de regras formalizadas ou ditas, o paradigma indiciário é atravessado por “[...] elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição [...]” (Ginzburg, 1999, p. 179). Conforme o autor (Ginzburg, 1999, p. 179), “[...] não tem nada a ver com a intuição supra-sensível dos vários irracionalismos dos séculos XIX e XX [...]”, pois trata-se de uma intuição que designa “[...] tanto as intuições místicas quanto as formas de discernimento e sagacidade [...]” e é, portanto, “[...] o órgão do saber indiciário [...]. Neste estudo, aplica-se essa intuição recortada à documentação proposta, bem como em alguns outros textos selecionados a partir de distintos momentos de leitura.

O paradigma indiciário foi conjugado à análise hermenêutica-dialética. A conjugação da hermenêutica e da dialética no plano de uma chave metodológica analítica permite uma distinção ao “[...] saber técnico que elabora um conjunto de normas para analisar um discurso [...]” (Minayo, 2014, p. 345). Nesse sentido, configura-se como uma práxis interpretativa que possibilita “[...] buscar entender as coisas e os textos neles mesmos [...]” (Minayo, 2014, p. 345), não obstante desvendar “[...] os condicionantes da produção intelectual, marcada tanto pela tradição, pelos pré-juízos, como pelo poder, pelos interesses e pelas limitações do desenvolvimento histórico [...]” (Minayo, 2014, p. 350). A análise dos textos analisados, desta feita, comprehende os sentidos da hermenêutica-dialética descrita por Minayo (2014). A hermenêutica é um exercício de interpretação que visa a compreensão, o qual também pode ocorrer pela via da identificação de vestígios, justamente o objetivo deste estudo. A dialética, por seu turno, consiste na arte do estranhamento e da crítica. O estranhamento aqui visualizado está na percepção desses indícios – ou vestígios – de Competência em Informação em uma produção que não tem esse fenômeno como tema central, não obstante a historicidade que a circunscreve.

O corpus é formado tendo em vista a experiência de leitura de Bezerra, Schneider e Saldanha (2019), a partir da qual se extraí as categorias história da biblioteca pública, serviço de referência e educação de usuários e leitura. Desta leitura, estabeleceu-se as seguintes categorias: 1) epistemologia e história da Biblioteconomia e de seu sistema de ensino; e 2) epistemologia e história da Ciência da Informação e de seu sistema de ensino. No que toca à primeira, elegeram-se como referências básicas, consideradas clássicas sobre esses fenômenos, Castro (2000), Mostafa (1985), Shera (1976) e Souza (2009). A busca pela história da biblioteca pública, em Shera (1976), levou a busca pela história da biblioteca pública

brasileira, apresentada a partir de Azevedo (2012) e de Luiz Gama, sob o pseudônimo de Afro 1º (2021). Nessa linha histórica, identificou-se o movimento escolanovista e a ressignificação da biblioteca escolar. Vidal (1999, 2020) consistiu em referência básica sobre o tema. Concernente à segunda categoria, Araújo (2018), Capurro (2003), González de Gómez (2000), Pinheiro (2018) e Pinheiro e Loureiro (1995) foram selecionados para fundamentar o texto. Notadamente, conforme os indícios emergiam nessas leituras, identificou-se articulações com a Competência em Informação. Assim, selecionou-se textos para embasar tais articulações, tais como Belluzzo e Macedo (1990), Campello (2009), De Lucca e Vitorino (2020), De Lucca, Pinto e Vitorino (2019), Dudziak (2016), Nascimento (2018) e Zurkowski (1974). Em função das análises e reflexões, nas considerações do estudo foi possível sugerir nove categorias como elementos fundantes da Colinfo.

3 INDÍCIOS NA EPISTEMOLOGIA E NA HISTÓRIA DA BIBLIOTECONOMIA: A BIBLIOTECA, A EDUCAÇÃO E A EMANCIPAÇÃO DOS SUJEITOS

Parte-se da seguinte afirmação: “[...] A Biblioteconomia será prática social quanto mais estiver identificada como prática educativa em sentido amplo [...]”, que está presente na tese de Mostafa (1985, p. 42). Em essência, Mostafa (1985) reflete sobre a Biblioteconomia como prática e como ciência. No primeiro sentido, deve ser situada como prática social e, portanto, repita-se, como prática educativa. Nas palavras da autora: “O bibliotecário em nada difere do professor na qualidade de intelectual difusor [...]” (Mostafa, 1985, p. 53). Ainda, Mostafa (1985) defende que a prática profissional bibliotecária requer mais do que competência técnica – requer a compreensão do bibliotecário sobre o caráter crítico da difusão de informações. Trata-se de uma defesa de que ele entenda os processos e os contextos de produção, circulação e apropriação de informações, esta última etapa operada pelos usuários, notadamente. Para a autora, “[...] A transmissão de informações, a difusão do conhecimento parece ser o ponto comum entre o bibliotecário e o professor, [...]” (Mostafa, 1985, p. 56).

Tendo em vista tal compreensão de Biblioteconomia como prática social, portanto como prática educativa, destaca-se novamente, conforme Uribe Tirado (2013), que a Competência em Informação consiste em um processo educativo desenvolvido, sobretudo, por meio de uma prática. Tal compreensão aproxima a Colinfo da epistemologia de seu

campo. Nessa linha da Colinfo como prática, Zattar (2018) complementa: “[...] trata-se de um modo de prática informacional que considera a crítica e a ética. Os projetos de competência em informação não formam pessoas competentes em informação, pois eles promovem uma prática e não um *status* [...].” Evidencia-se, desse modo, a Competência em Informação, sobretudo, como ação formativa. Ressalta-se, ainda, que ela não atesta uma condição no fim de seu desenvolvimento: “[...] há que se considerar que não há ‘atestado’ ou ‘certificação’ que confere a um sujeito (a) o título de competente em informação [...]” (Zattar, 2018).

Shera (1976), igualmente, discorre sobre os fundamentos da Biblioteconomia. Evidencia-se, na história da Biblioteconomia estadunidense, a ideia precursora da biblioteca pública, por Serra (1976) chamada de *social library*, em tradução livre: biblioteca social. Trata-se, a bem da verdade, de associações de homens letados que, em uma dada comunidade, buscam formar acervos em uma biblioteca para todos (Shera, 1976). Um dos espaços fundados nessa ideia é a *Philadelphia Library Company*. A Filadélfia, notadamente, é um dos lugares centrais no desenvolvimento da noção de competência, conforme explicam Bezerra, Schneider e Saldanha (2019). Cem anos antes da publicação de Sera, no já mencionado ano de 1876, comprehende-se

[...] que este ano de criação da ALA, 1876, é justamente o mesmo da grande exposição da Filadélfia, marco na divulgação do desenvolvimento tecnológico estadunidense. Tendo o telefone como sua mais impressionante invenção apresentada, uma técnica para a comunicação humana, os construtos do ‘trabalho livre’ e da ‘tecnologia’ [...] eram os dois elementos centrais de toda a exposição. É nesse contexto que tecnologias intelectuais – fontes teórico-técnicas de identificação e de produção de informação, como a sistemática da classificação – são desenvolvidas e apresentadas no âmbito da Biblioteconomia. As condições de manipulação de tais ferramentas – futuramente, ‘competências’ – tornar-se-ão preocupação imediata desde então, articulando formação (continuada) e técnica (Bezerra; Schneider; Saldanha, 2019, p. 9).

É fundamental compreender que a *information literacy*, 98 anos depois da Grande Exposição da Filadélfia, surge em função dos recursos informacionais tecnológicos que estão em desenvolvimento. Tal relação entre a competência e o uso da técnica é evidente. Em novembro de 1974, Paul Zurkowski, encaminha o relatório fundador da Competência em Informação à National Commission on Libraries and Information Science (NCLIS). É a partir da aparição do termo *information literacy* neste documento e a partir do sentido que o autor lhe atribui que é iniciado nos Estados Unidos o seu desenvolvimento conceitual, teórico e aplicado. Zurkowski era, naquele momento de publicação do relatório, presidente da

Information Industry Association (IIA). Ele situa que “A principal prioridade da Comissão deve ser direcionada a consolidar um grande programa nacional para atingir universalmente a competência em informação até 1984 [...]”² (Zurkowski, 1974, p. 27, tradução própria). Zurkowski (1974, p. 27, tradução própria) assim conclui:

[...] Isso implicaria na coordenação e financiamento de um esforço massivo de treinamento de todos os cidadãos no uso dos recursos informacionais disponíveis agora, bem como naqueles que estão em etapa de desenvolvimento e testagem. O padrão de crescimento neste campo está bem estabelecido e deve ser construído para expandir a capacidade geral de todos os cidadãos dos Estados Unidos [...].³

O relatório fundador da Competência em Informação é analisado por Nascimento (2018). O autor se debruça sobre esse documento de modo a buscar concepções nele veiculadas no âmbito de uma aprendizagem informacional. Nascimento (2018) conclui que Zurkowski não demonstra preocupação com *aprendizagem* ou apropriação da informação, com alfabetização ou letramento, tampouco com o desenvolvimento intelectual e crítico dos cidadãos estadunidenses. Entende também que informação e educação recebem abordagens vagas e superficiais no texto. A Colinfo se preocupa com a criação de um mercado consumidor dos recursos informacionais produzidos pela indústria em um período de acentuado desenvolvimento tecnológico (Nascimento, 2018)⁴.

A partir de Bezerra, Schneider e Saldanha (2019) e de Nascimento (2018), não obstante da interpretação do relatório de Zurkowski (1974), pode-se dizer que o nascimento da Colinfo acontece em um cenário de industrialização, de mercado, de consumo e de uso de novas tecnologias de informação. Os novos processos industriais precisam de pessoas com competência em informação porque unicamente dessa forma são capazes de construir interesse de compra por um novo recurso tecnológico. Quem não tem as habilidades

² No original: “The top priority of the Commission should be directed toward establishing a major national program to achieve universal information literacy by 1984”.

³ No original: “This would involve the coordination and funding of a massive effort to train all citizens in the use or the information tools now available as well as those in the development and testing states. The pattern of growth in this field is well established and should be built upon to expand the overall capability of all U.S. Citizens”.

⁴ A consideração do autor aponta que “O pensamento informacional de Zurkoswki alinha-se à ideologia dominante em seu ambiente, ou seja, as indústrias de informação pautam-se pelo retorno financeiro, alicerçadas na realidade pós-industrial. As ações políticas precisariam colaborar para isso e a *information literacy* seria, portanto, um meio para atingir tal objetivo, pois capacitaria as pessoas para interagir e usar os recursos eletrônicos disponíveis no mercado informacional. [...] trata-se de um mecanismo de regulação desses mercados, ou seja, estratégia de criação de mercado consumidor para os produtos da indústria de tecnologia da informação em processo de crescimento e consolidação num universo que caminha para a globalização [...]” (Nascimento, 2018, p. 121).

necessárias para usar o produto, não se interessa em adquiri-lo. Não obstante, trata-se de uma necessidade das próprias indústrias de garantir mão-de-obra qualificada.

Dudziak (2016), por seu turno, também analisa o contexto estadunidense que leva a fundação da ColInfo. A autora aponta que, no período posterior à Primeira Guerra Mundial, com a depressão econômica, as bibliotecas assumem dois esforços, a saber: 1) um deles no apoio às ações governamentais de recuperação de sua própria estrutura, por meio do auxílio no dimensionamento dos problemas, na produção de estatísticas sobre a guerra e no estabelecimento de modelos de gerenciamento de informações; e 2) na atuação direta junto à população na ajuda para que pessoas pudessem buscar empregos. Naquele momento, bibliotecas, especialmente a biblioteca pública, se preocupavam com serviços para adultos visando as suas necessidades de informação e a sua capacitação para que se reocupassem em um ofício.

Os anos 1960 e 1970, prossegue Dudziak (2016), mostram a persistência do problema de gerenciamento das informações governamentais e a busca do governo estadunidense por formas de reduzir os custos dos processos e produtos relacionados à documentação e informação. Mas há mais situações que caracterizam esses anos na visão da autora, tais como: a preocupação da administração do país com a pobreza e o analfabetismo. O país, então, na década de 1960, lança “[...] uma série de programas para acabar com a pobreza e aumentar o papel do governo federal na melhoria da educação [...]” (Dudziak, 2016, p. 23). Os Estados Unidos procuraram, por um lado, diminuir as desigualdades econômicas da população e, por outro, reduzir a burocracia do governo.

Retoma-se Shera (1976) para indicar que as associações de homens letRADOS do século XIX que fundam bibliotecas sociais, com livros para a comunidade, são precursoras da ideia moderna de biblioteca pública. Neste ponto, reside a relação basilar entre a biblioteca pública e a educação. Shera (1976, p. 37, tradução própria) afirma que “[...] A ideia de uma biblioteca verdadeiramente pública surge com o aparecimento no início do século XIX do conceito de educação pública universal [...]”⁵. O movimento inicial no cenário estadunidense busca fundar bibliotecas públicas nos distritos escolares. Há, naturalmente, relação entre

⁵ No original: “The idea of the true public library came with the rise in the early nineteenth century of the concept of universal public education”.

ensino, leitura e biblioteca. Tal relação entre biblioteca pública e serviços educacionais, conforme se apreende com Dudziak (2016), prossegue pelos cem anos seguintes.

Em outro contexto, o ponto de partida de Castro (2000) para estudar a história da Biblioteconomia no Brasil é o ano de 1879. Há nos Estados Unidos tal debate que articula biblioteca pública e alfabetização de adultos. Por aqui, conforme o autor, o movimento fundador das dimensões educativas da Biblioteconomia brasileira se estabelece a partir da influência francesa nas rotinas da Biblioteca Nacional (Castro, 2000). É quando Benjamin Franklin Ramiz Galvão⁶, diretor da Biblioteca Nacional (BN), típico intelectual mediador do Oitocentos, desde 1870, após viagem à Europa, redefine a organização institucional da BN. A instituição passa a ser dividida em seções – impressos, cartas geográficas, manuscritos e estampas –, tem o seu horário de funcionamento ampliado e passa a contar com novo quadro profissional, incluindo bibliotecários aprovados por concurso público (Castro, 2000).

Se na Corte, evidentemente, a Biblioteca Nacional se aproxima do modelo francês de organização e provimento de cargos – o que, posteriormente, também molda o ensino no primeiro curso de Biblioteconomia no país, criado na própria BN –, há outros movimentos de educação em bibliotecas. Azevedo (2012) registra a fundação da Biblioteca Pública da Bahia em 1811, a primeira do Brasil, como produto da elite intelectual daquela província. Tais sujeitos buscavam o progresso por meio da instrução, no entanto, o funcionamento de tal instituição se dava por meio do associativismo de homens letrados (Azevedo, 2012). Tal ideia de biblioteca pública distancia-se da exposta por Bezerra, Schneider e Saldanha (2019) em relação ao fim do século XIX estadunidense e francês e ao início do século XX russo.

Concepção de biblioteca pública próxima a apresentada pelos autores, e por Dudziak (2016) e Shera (1976), no entanto, é colocada em prática no Brasil no fim do Oitocentos. Peres (1997) estuda a Biblioteca Pública Pelotense a partir da década de 1870. Tal biblioteca pública, assim como a da Bahia, é formada a partir da associação de homens intelectuais de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Esses homens fundam cursos noturnos de instrução primária. Há uma dimensão de gênero na medida em que mulheres não podem se matricular em tais cursos. Destaca-se tal iniciativa de instrução primária, essencialmente aquisição de leitura e

⁶ Sobre Ramiz Galvão, veja Caldeira (2017). Ramiz Galvão, não obstante ter sido diretor da Biblioteca Nacional, foi historiador, professor e médico. Lecionou Grego, Retórica e Literatura no Colégio Pedro II, foi professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi preceptor dos príncipes herdeiros, filhos da Princesa Isabel, até o fim do Império e ida dos Bragança para o exílio, foi membro da Academia Brasileira de Letras a partir de 1928, tendo sido seu presidente (Castro, 2000).

escrita e de números, em função da permissão que homens negros, inclusive escravizados, têm de realizar a matrícula e, por extensão, o curso (Peres, 1997). Trata-se, fundamentalmente, de uma via de inclusão de um certo recorte de sujeitos de grupos socialmente oprimidos pelo uso da biblioteca pública. Isto é: a biblioteca pública é um notável equipamento educacional, lugar de aprendizado da competência leitora, essencial para o exercício da cidadania e, para quem é cativo, de aproximação da liberdade.

Nessa mesma linha, na década anterior a que tem início os cursos noturnos na Biblioteca Pública Pelotense, Luiz Gama⁷, notável advogado abolicionista responsável por garantir a liberdade de centenas de negros ilegalmente escravizados, em um conjunto de textos publicados na folha oitocentista *Democracia*, sob o pseudônimo Afro 1º, pede instrução gratuita e obrigatória e liberdade de ensino (Afro 1º, 2021). Tais textos são publicados entre 1867 e 1868. O projeto político educacional de Gama, de educação para todos, preconiza que não haja “Nenhuma aldeia sem uma escola, nenhuma vila sem um colégio, nenhuma cidade sem um liceu, nenhuma província sem uma academia [...]” (Afro 1º, 2021, p. 138). Como Gama (Afro 1º, 2021, p. 138) indica: “Por toda a parte onde houver uma choupana, onde houver um espírito, que haja também um livro [...]. Assim, de modo muito breve, Gama sugere uma vastidão de escolas e, inclusive, de bibliotecas, pois esta “É a revolução magnífica da ideia em que o homem do povo, agrilhoado e vencido, saúda a moral em frente dos tiranos [...]” (Afro 1º, 2021, p. 139).

É relevante destacar, ademais, outro movimento de reinterpretação da biblioteca, dessa vez a biblioteca escolar. Três décadas depois do manifesto de Luiz Gama pela instrução pública, já na Primeira República brasileira, fortalece-se o debate concernente à

⁷ Luiz Gama foi um intelectual negro nascido em Salvador em 1830. Filho de Luiza Mahin, africana livre, Gama, apesar de sua condição de nascido livre, foi ilegalmente vendido por seu pai para quitar dívidas de jogos. Foi levado para São Paulo, onde serviu durante anos e onde adquiriu, em função da convivência com um rapaz hospedado pelo seu senhor, leitura e escrita. Uma vez leitor, conseguiu as provas de sua própria liberdade e, em 1848, já não era mais cativo. Foi funcionário público, escrivão do Delegado Furtado de Mendonça na Secretaria de Polícia. Furtado de Mendonça também era o bibliotecário interino da Faculdade de Direito de São Paulo e facilitou o acesso de Gama a coleção da Universidade. Assim, em função dessas sociabilidades tecidas com o campo do Direito, conseguiu licença para advogar. Por não possuir diploma universitário, era chamado de rábula, justamente o nome pejorativo pelo qual as elites chamavam advogados não diplomados. Como tal, provou a liberdade de centenas de negros escravizados. Foi um intelectual tido como abolicionista radical por desejar a abolição imediata da escravatura. Ativista, publicou em diversos periódicos abolicionistas e republicanos do período, principalmente sob pseudônimos, prática comum no período. Também sob pseudônimo publicou as *Trovas Burlescas de Getulino*, sua única obra literária, a qual apresenta seus poemas. Luiz Gama faleceu em setembro de 1882. Seu velório e sepultamento foi acompanhado por cerca de três mil pessoas, das 40.000 que habitavam a cidade de São Paulo (Azevedo, 1999).

renovação do ensino. Diferentes educadores criticavam o modelo tradicional do ensino: tradicional, enciclopédico, afrancesado. Vidal (2020) explica esse discurso renovador da escola brasileira. Buscava-se cientificizar a educação. A Escola Nova, enquanto movimento educativo, mudava a cultura em voga na instituição escolar, ressignificava os materiais e os métodos da educação e disseminava valores e normas para a nova sociedade moderna. O ensino se convertia em aprendizagem, pautada pela observação e pela experimentação, na qual o estudante estava no centro dos processos de aquisição do conhecimento escolar. Individualizava-se a criança, massificava-se a escola, racionalizava-se os processos educativos e regulava-se a atividade exercida pelos alunos em busca de eficiência (Vidal, 2020). Nota-se, nesse sentido, no que toca à busca por eficiência, o tanto que a ideia da eficiência também é marcante na produção do discurso sobre Colinfo a partir da primeira definição elaborada pela ALA.

Ainda no domínio do processo escolanovista, escrita e leitura assumem novo papel na escolarização. Seguindo com Vidal (2020), a pesquisadora trata do projeto de normatização da forma apropriada de ler. Verificava-se, assim, a postura dos estudantes enquanto liam em voz alta, a sua respiração durante as pausas e a dicção (Vidal, 2020). Conforme Vidal (2020), incentivou-se a leitura silenciosa, mais rápida e eficaz e, portanto, uma exigência da sociedade moderna. No plano das bibliotecas escolares, percebe-se a sua revalorização (Vidal, 2020) e a disseminação da ideia de que a escola deve ter livros por toda parte, na biblioteca, nas salas de aula, nos diversos ambientes (Vidal, 1999).

Em síntese, essa racionalização da leitura, conforme Vidal (2020, p. 508, grifo próprio), “[...] significava não apenas intensificar o ritmo de leituras e alargar o material lido, mas **habilitar o leitor veloz a bem selecionar** o que lia e a apropriar-se rapidamente das informações recolhidas na elaboração de sua própria existência [...].” Ressalta-se como tais ideias, não obstante as que destacam a necessidade de eficiência e eficácia e a busca de científicidade pela observação do comportamento, estão relacionadas e dão sentido a temas tais como letramento, afinal a leitura permite a apropriação de informações para a elaboração da própria existência do sujeito, e seleção, no sentido de uma boa seleção.

Sublinha-se, por fim, que diferentes intelectuais professores aderiram ao movimento e o divulgaram nos espaços público e político, entre eles Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Cecília Meireles. Esta, inclusive, se incumbiria da tarefa de ser a bibliotecária da

Biblioteca Infantil do Pavilhão Mourisco na década de 1930 (Pimenta, 2011). Tais educadores fizeram viagens aos Estados Unidos e a Europa, especialmente a França e a Suíça, lugares onde se desenvolvia tal concepção de ensino ativo e moderno, de escola como laboratório de experimentações e de projetos. Nos Estados Unidos, um notável teórico da Escola Nova foi John Dewey. Na Suíça, por seu turno, um dos precursores, fundador do *Bureau International d'Éducation Nouvelle*, em 1899, é o intelectual Adolphe Ferrière. (Lourenço Filho, 2002).

A partir disso, é pertinente questionar se as teorias da biblioteca e da leitura como veículos que possibilitam a diminuição das desigualdades sociais apresentadas por Roubakine chegam ao Brasil. Roubakine é um teórico russo que, conforme Saldanha (2019), se preocupa com a leitura como um veículo de transformação social. Ele funda o método bibliopsicológico a partir do qual estuda o papel do livro e da escrita nas relações sociais e na criação humana. Interessa notar em Roubakine, a partir do exposto por Saldanha (2019), que o intelectual russo é amigo próximo de Ferrière. Sua principal obra, *Introduction à la Psychologie Bibliologique*, publicada originalmente em francês em 1922 e no ano seguinte na Rússia, é dedicada a dois amigos próximos: Paul Otlet e o intelectual escolanovista suíço (Saldanha, 2019). Assim, é visível certa articulação entre a biblioteca ativa ensejada pela Escola Nova e a natureza da Biblioteconomia evidenciada por Roubakine.

4 INDÍCIOS NA EPISTEMOLOGIA E NA HISTÓRIA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: A PESQUISA, OS USUÁRIOS, AS TENDÊNCIAS TEMÁTICAS E A INTERDISCIPLINARIDADE

A década de 70, marco geral indicado neste trabalho para diferentes efemérides da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, tem no seu primeiro ano no século XX a criação do Mestrado em Biblioteconomia e Documentação, pioneiro da área no Brasil, no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Seis anos depois, acompanhando a mudança de nome da instituição, que passa a ser chamada de Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), o Mestrado se torna em Ciência da Informação. Pinheiro e Loureiro (1995) indicam que no primeiro momento de funcionamento do Mestrado, o curso concentrava-se no estudo do processamento técnico da informação. Ainda, em algum ponto dessa primeira fase, a temática usuários consiste em uma área de

concentração do Programa. Isso ocorre até 1977, quando o tema perde a condição de área de concentração e se torna apenas uma disciplina (Pinheiro; Loureiro, 1995).

Enfatiza-se essa situação específica, o papel da categoria usuários no primeiro curso de pós-graduação da área no Brasil, porque os mesmos autores, amparados nos dados da dissertação “*História e temática do Curso de Mestrado em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia*” de autoria de Teodora Neves, identificam que, das 129 dissertações defendidas no Programa até 1990, 48, a maioria, estavam incluídas na categoria estudos de usuários de informação (Pinheiro; Loureiro, 1995). Cinco categorias foram produzidas por Neves (1992 *apud* Pinheiro; Loureiro, 1995), a saber: 1) estudos de usuários, com 48 dissertações; 2) estudos bibliométricos, com 38; 3) gerência da informação e de sistemas de informação, com 37; 4) processamento e recuperação da informação, com 23; e 5) comunicação científica e tecnológica, com 15 produtos. Isso demonstra, notadamente, que em algum tempo nos 20 anos de existência do curso, usuários assumiu condição de tema significativo na produção de conhecimento da área.

Considera-se que tal importância advém, sobremaneira, do paradigma cognitivista que emerge na Ciência da Informação nesse contexto, conforme explicado por Capurro (2003). Tal paradigma situa o usuário como sujeito cognoscente dotado de modelos mentais que podem ou não ser transformados durante o processo informacional (Capurro, 2003). Não há uma definição explícita para o que se trata tais modelos mentais, mas pode-se interpretá-los como as formas a partir das quais o pensamento e a ação dos sujeitos procedem em relação às situações colocadas diante deles em diversos contextos. Nesse sentido, no plano informacional, Capurro (2003) prossegue, os temas busca e necessidade assumem papel central haja vista que o usuário busca informações para suprir uma dada necessidade informacional que o acomete. Se o conhecimento do usuário é insuficiente para responder tal necessidade, ele busca as informações capazes de demovê-lo de seu questionamento.

Tal elemento é particularmente interessante porque a primeira sistematização de uma definição de *information literacy* consiste, essencialmente, numa definição de sujeito competente em informação. A partir do ano de 1987, a ALA inicia a institucionalização da Competência em Informação nos Estados Unidos ao formar o *Presidential Committee on Information Literacy*. Dois anos depois de sua criação, o grupo lança o primeiro documento norteador do desenvolvimento da ColInfo, o *Final Report*. Ele situa a ColInfo em um conjunto

de domínios que tratam do cenário da Sociedade da Informação, dos benefícios de seu desenvolvimento para os sujeitos e para a sociedade, dos ambientes e das formas de aplicação.

A definição de sujeito competente em informação, uma tradução direta do original *information literate*, diz que “[...] Para ser competente em informação, o sujeito deve ser capaz de reconhecer quando necessita de informação e ter habilidade de localizar, avaliar e usar a informação necessitada eficientemente [...]” (American Library Association, 1989, tradução própria)⁸. Interessa notar precisamente que tal definição pioneira, muito apropriada por pesquisadores até os dias atuais, está centrada no usuário e não no processo, bem como tem no reconhecimento que esse sujeito faz da necessidade de informação como ponto fulcral. Retoma-se Zattar (2018) para reafirmar o posicionamento de que a Competência em Informação promove uma prática, não uma certificação do sujeito. Ainda, novamente com Uribe Tirado (2013), apreende-se que se trata de um processo e que, no fim desse processo, os sujeitos que dele participaram construíram um novo saber, notadamente informacional. De Lucca e Vitorino (2020), igualmente, percebem o viés cognitivista nesse documento.

Nesse sentido, nota-se, a partir das autoras (De Lucca; Vitorino, 2020), ao analisarem a expansão epistemológica da Ciência da Informação e, nesse movimento, a evolução teórica e metodológica da Competência em Informação, a aderência de parte da teoria da Colinfo ao paradigma cognitivista da Ciência da Informação já na interpretação que têm do relatório de Zurkowski.

[...] é possível reconhecer que a gênese da competência em informação está ancorada no paradigma cognitivo da CI, que atribui à informação a característica de possuir capacidade de modificar um estado de conhecimento. Os elementos mencionados por Zurkowski (1974) que evidenciam uma aproximação à epistemologia cognitivista são: 1) atribuição de cognoscibilidade ao ser, que identifica seu estado anômalo; e, 2) concepção do sujeito enquanto um ser dotado de uma ‘capacidade de agir’ (ZURKOWSKI, 1974, p. 1, tradução nossa), ou seja, um ser capaz de reunir recursos – nesse caso, de informação – para solucionar uma situação, ou reparar tal estado anômalo (De Lucca; Vitorino, 2020, p. 32).

Não obstante a emergência da Competência em Informação no paradigma cognitivista, De Lucca e Vitorino (2020) identificam pesquisas sobre esse fenômeno com abordagens centradas em outras correntes, como a quantitativa, a estatística, a funcionalista, a social, a crítica. Ainda pela via cognitivista, ponto de interesse central aqui, as autoras destacam o

⁸ No original: “[...] To be information literate, a person must be able to recognize when information is needed and have the ability to locate, evaluate, and use effectively the needed information [...]”.

papel da noção de letramento, a qual é bastante apropriada no movimento inicial de produção científica sobre a ColInfo. Ressalta-se, no que tange às diferentes perspectivas sobre letramento, que tal categoria pode ser circunscrita no domínio das necessidades de informação e da aplicação da informação para preencher lacunas (De Lucca; Vitorino, 2020). Em síntese, para as autoras, no âmbito do paradigma cognitivista, é possível visualizar “[...] duas vertentes: a vertente voltada às necessidades de informação; e a vertente direcionada ao acesso à informação e o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao manejo técnico dos recursos de informação [...]” (De Lucca; Vitorino, 2020, p. 43).

As primeiras abordagens cognitivistas no Brasil aparecem, segundo González de Gómez (2000), já na década de 1970. Interessa destacar, igualmente, que na década seguinte, diante da emergência de demandas sociais, a abertura da Ciência da Informação para “[...] novos temas e abordagens sociológicas e antropológicas, que ora vão se aninhar nas práticas informacionais do local e do cotidiano, revigorando o papel das diversidades culturais [...]”, que também “[...] se empenham na busca de uma definição emancipatória do valor educacional e democrático da informação [...]” (González de Gómez, 2000, p. 336). Assim, na década de 1980, é possível identificar a presença das teorias de ação cultural na produção científica da área (Araújo, 2018).

É interessante identificar, nessa via, as relações disciplinares identificadas por Pinheiro (2018). A pesquisadora aponta a relação da Competência em Informação com Biblioteconomia e Educação, não obstante com a Ciência da Computação e com o Design. Ainda, indica o diálogo da Educação com a Formação e Aspectos Profissionais. No que toca às necessidades e aos usos informacionais, as conexões são tecidas com a Psicologia, a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia (Pinheiro, 2018). Desta feita, Educação e Ciência da Informação dialogam pela via da ColInfo por esta ser um processo de ensino e aprendizagem, naturalmente, e com a formação de profissionais no campo, por ser processo educativo. Os diálogos com os campos da Sociologia e da Educação, de maneira geral, são fortes no campo na década de 1980 no plano das tendências temáticas citadas por González de Gómez (2000).

No âmbito da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), criada em 1989, instituiu-se junto à entidade, um grupo de trabalho para debater Informação e Sociedade e Ação Cultural e outro para tratar da Formação Profissional e Mercado de Trabalho (Freire; Alvares, 2013), extinto em 2004. Após a sua

extinção, os pesquisadores vinculados a tal grupo fundaram o atual grupo de trabalho três: Mediação, Circulação e Uso da Informação, hoje chamado de Mediação, Circulação e Apropriação da Informação (Freire; Alvares, 2013). Ainda, tal preocupação com o social e o educacional na redemocratização brasileira também se materializa na escolha de Paulo Freire para palestrar na abertura do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBB) em 1981, momento no qual trata do papel político e crítico da biblioteca popular no que toca ao atendimento das comunidades em que se insere e, sobretudo, na alfabetização de adultos (Freire, 2011).

No plano do serviço de referência, como outra atividade educativa de bibliotecas, destaca-se a educação de usuários. Conforme Belluzzo e Macedo (1990), a educação de usuários pretende moldar o comportamento do usuário para o uso da biblioteca, proporcionar conhecimento para que consiga usar outras bibliotecas com as quais possa vir a ter contato e desenvolver a consciência e a vontade dos sujeitos para usar a biblioteca.

A ‘Educação do Usuário’ deve ser entendida como o processo pelo qual o usuário interioriza comportamentos adequados com relação ao uso da biblioteca e desenvolve habilidades de interação permanente com as unidades de informação. Logo, é importante salientar que a ação educadora na biblioteca deverá deslocar o seu interesse do conteúdo do simples uso da informação para formação de atitudes de valorização da mesma. Ao invés de instilar informações apenas sobre ‘como fazer uma pesquisa bibliográfica’, ou simplesmente aprimorar as ‘técnicas de elaboração de um trabalho científico’, os bibliotecários precisam se conscientizar de que devem promover a educação da vontade do usuário, mediante o desenvolvimento orientado de sua inteligência para novas formas de pensar, agir e sentir em relação a biblioteca [...] (Belluzzo; Macedo, 1990, p. 86).

As autoras também definem treinamento de usuários, que se trata, por sua vez, de práticas específicas para desenvolver habilidades nos usuários. Essas duas ações, educação e treinamento de usuários, servem para promover interação, sentimento e valorização pela biblioteca e seus materiais. As autoras também tratam da elaboração de programas de educação de usuários, tema que marca, do mesmo modo, a Competência em Informação. Um programa de educação de usuários deve conter: 1) diagnóstico da realidade institucional; 2) definição dos objetivos do programa; 3) escolha dos conteúdos e atividades do programa (currículo); 4) seleção dos procedimentos de ensino e recursos (didática); e 5) avaliação (Belluzzo; Macedo, 1990).

A educação de usuários consiste em um serviço oferecido por meio de aulas sistematizadas e ministradas por bibliotecários, ou outros profissionais da informação nas

instituições onde trabalham, com o objetivo de ensinar aos sujeitos que frequentam a biblioteca ou unidade de informação a usarem os serviços e produtos e entenderem os temas das bibliotecas, tais como o catálogo, as normas técnicas, o empréstimo, a comutação bibliográfica, a classificação, as fontes de informação, entre outros.

Sublinha-se que a Competência em Informação engloba os mesmos princípios da educação de usuários e a redireciona a uma abordagem mais ampla, que não envolve unicamente as bibliotecas e demais unidades de informação, mas a informação e seus ambientes de circulação como um todo. Para além da necessidade de saber usar o catálogo, as fontes de informação, as normas técnicas, entre outras ferramentas, ou de conhecer os serviços das bibliotecas, a ColInfo envolve compreender as dinâmicas que envolvem busca, localização, acesso, novamente uso e apropriação das informações que estão disponíveis em ambientes diversos, sobretudo, os criados no contexto digital. O ensino e a aprendizagem propostos na Competência em Informação envolvem outros e novos saberes, tais como a compreensão dos mecanismos de produção e circulação da informação, e outros espaços, tais como a moradia, as salas de aula da escola ou da universidade, o lugar de trabalho. De Lucca, Pinto e Vitorino (2019, p. 184) evidenciam a diferença entre os dois processos na perspectiva supracitada: a ColInfo é algo que vai além da educação de usuários na medida em que extrapola os limites da biblioteca “[...] e ultrapassa as barreiras dos recursos de informação disponíveis em unidades de informação [...]”. Ressalta-se, além disso, um ponto de divergência central entre as duas situações, identificado pelas autoras: na ColInfo, diferentemente do que ocorre na educação de usuários, o aprendizado e a prática da avaliação da informação pelo sujeito que passa pelo processo constituem um elemento fulcral (De Lucca; Pinto; Vitorino, 2019).

É pertinente considerar a educação de usuários porque, naturalmente, é um dos fundamentos da Competência em Informação, mas, também, porque o primeiro artigo científico a mencionar a ColInfo no Brasil se dedica a tal tema. No que concerne ao seu estudo, Caregnato (2000) se preocupa em realizar uma revisão de literatura sobre os serviços educacionais oferecidos por bibliotecas universitárias aos seus leitores. A autora dedica uma seção à revisão e discussão dos termos que compõem o universo conceitual dessa educação de usuários. Entre estes termos, a autora situa os que tratam das novas formas de designar o serviço educacional de bibliotecas universitárias e, nesse contexto, ela

apresenta a *information literacy* (Caregnato, 2000). É interessante notar que a autora traduz o termo por alfabetização e, desta forma, alfabetização informacional é a primeira tradução para o termo original veiculada em um periódico científico no Brasil: “[...] desenvolvimento de habilidades informacionais (em inglês, *information skills development*) e alfabetização informacional (em inglês, *information literacy*) [...]” e que “[...] Os termos utilizados já denotam uma preocupação com a expansão do conceito e se mostram particularmente atraentes no momento em que se fala da sociedade da informação [...]” (Caregnato, 2000, p. 50). Percebe-se, mais uma vez, a relação entre Colinfo e tecnologia.

5 EIS QUE A INFORMATION LITERACY CHEGA AO BRASIL: ALGUNS INDÍCIOS MAIS

Apesar da forte relação com o campo educacional na década anterior, a Competência em Informação emerge no Brasil no contexto da década de 1990. González de Gómez (2000) indica que se trata de um período em que as tendências temáticas se alinham a gestão do conhecimento, inteligência social e organizacional, informação em organizações tecnológicas e de negócios. Para Souza (2009), trata-se do momento em que o Brasil, no plano político, assume o neoliberalismo como projeto. Nesse sentido, o discurso da área para a formação do bibliotecário altera a sua identidade para um suposto moderno profissional da informação. Além disso, o discurso das competências atravessa a área de maneira decisiva. (Souza, 2009). Assim, a chegada da Colinfo ao Brasil é precisamente no cenário em que o debate social e educacional não se compara ao da década de 1980 e no qual a competência é tema pujante.

Desse modo, o movimento fundador que se dá na Universidade Federal de Minas Gerais inicia quando Bernadete dos Santos Campello cria o Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar⁹ na Escola de Biblioteconomia¹⁰ em 1998 e ocorre no contexto específico de produção sobre o papel que deve desempenhar a biblioteca e o bibliotecário escolar. O grupo se

⁹ “[...] Originalmente, o GEBE era integrado por cinco professores e uma bibliotecária da Escola de Ciência da Informação da UFMG [...], com formações diversas: duas eram professoras formadas em curso normal – denominação dada, na década de 1960, ao curso de formação de professores de ensino básico; duas eram especialistas em leitura e literatura infantil e dois outros tinham interesses específicos em áreas de biblioteconomia. Em comum, os integrantes do Grupo tinham o interesse pela biblioteca escolar e seu potencial para a aprendizagem” (Campello, 2009, p. 10).

¹⁰ A partir de 2000, torna-se Escola de Ciência da Informação.

preocupa em produzir conhecimento e refletir sobre a função educativa da biblioteca e, já em seus estudos iniciais, as ideias que circunscrevem o processo da ColInfo focalizam, sobretudo, o desenvolvimento de habilidades informacionais a partir das teorias construtivistas de ensino e aprendizagem. Na apresentação de sua tese de doutorado, Campello relata parte da história do GEBE e, consequentemente, da própria Competência em Informação. A institucionalização do GEBE teve como principal marco a realização de um evento: o primeiro Seminário Biblioteca Escolar: espaço de ação pedagógica. Inicia-se aí também a parceria com a pesquisadora estadunidense Carol Kuhlthau que realiza a principal conferência do evento (Campello, 2009).

Kuhlthau é propriamente uma das intelectuais de destaque no debate cognitivista sobre informação nos Estados Unidos. Conforme Araújo (2018), a abordagem construtivista baseada em processo de Kuhlthau consiste em uma das teorias fundamentais para os estudos de usuários e para o comportamento informacional. Kuhlthau demonstrou preocupação com o processo de busca por informações, parte dele sistematizado em um programa imediatamente traduzido pelo GEBE e publicado no Brasil pelo título "*Como usar a biblioteca na escola*" (Kuhlthau, 2009). Notadamente, as teorias e os modelos de Kuhlthau para habilidades informacionais e para o processo de busca foram basilares para o desenvolvimento do campo da Competência em Informação no Brasil na década de 2000.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, busquei tecer algumas considerações sobre elementos que poderiam elucidar uma pré-história da Competência em Informação. De modo algum pretendi dizer que tais fenômenos são ColInfo, apenas que ilustram algumas concepções que, futuramente, seriam assumidas pelo campo. A relação entre Biblioteconomia, Ciência da Informação e Educação demonstra possibilidades diversas de caminhos para discutir e compreender a conformação da própria ColInfo. Tais relações são fundamentais para interpretar um movimento teórico, prático e investigativo que é definido, fundamentalmente, como um processo de ensino e aprendizagem que busca ensinar a sujeitos diversos em contextos diversos saberes do mundo informacional de tal modo que aprendam a buscar, selecionar,

avaliar, usar e se apropriar de informações de maneira ética e crítica e que, munidos de tais saberes, aprendam a aprender e aprendam ao longo da vida.

As análises permitem categorizar nove temas que dão forma a uma pré-história da Competência em Informação, a saber: 1) a epistemologia da Biblioteconomia; 2) o papel educacional da biblioteca pública, fundamentado, entre outras chaves, na alfabetização de adultos das classes populares e no desenvolvimento de hábitos de leitura; 3) a redefinição da prática da leitura e do espaço da biblioteca escolar, de um modelo enciclopédico para um modelo ativo; 4) o paradigma cognitivista da Ciência da Informação e as teorias como a do comportamento informacional; 5) a categoria usuários no âmbito dos estudos informacionais; 6) as tendências temáticas da Ciência da Informação e a sua interdisciplinaridade; 7) o serviço de referência, a instrução bibliográfica e a educação de usuários; 8) o contexto neoliberal que toma o cenário político-social brasileiro da década de 1990; e 9) o Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar fundado por Bernadete Campello na Universidade Federal de Minas Gerais.

Três temas que considero essenciais não foram contemplados em função dos limites da exposição, estes são: 1) os procedimentos de pesquisa escolar; 2) a teoria construtivista que fundamenta certo debate educacional a partir da década de 1970; e 3) os estudos desenvolvidos na Educação sobre o processo de letramento, emergentes também na década de 1970. Evidentemente, a teoria construtivista parte do movimento escolanovista que se propõe ativo e coloca a criança no centro do processo de aprendizagem. Tais teorias são apropriadas, inclusive, por Carol Kuhlthau e nos estudos do GEBE. As teorias do letramento, igualmente, constituem tema de relevância haja vista que tal termo foi considerado uma das possibilidades para a tradução do *literacy* original. A pesquisa escolar, por fim, também configura tema de destaque haja vista que, em algumas matrizes de pensamento sobre a ColInfo desenvolvida na escola, a mesma se trata, sobretudo, de um modelo de desenvolvimento da pesquisa escolar.

Há mais para se investigar nesse domínio, mais indícios, pistas diversas deixadas nas histórias da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Chamo este texto de *uma pré-história da competência em informação* porque há múltiplas possibilidades analíticas, várias pré-histórias podem ser identificadas. Cada tópico acima listado, inclusive, pode ser desenvolvido de modo particular e com maior exaustividade do que um artigo científico permite. De todo modo, registro aqui essas formas de pensar um fenômeno que completou,

no ano de 2024, 50 anos de fundação pela via do lançamento do termo original. Fenômeno que, no entanto, já via os seus fundamentos presentes em determinadas teorias, instituições, práticas e métodos dos campos biblioteconômico e informacional.

FINANCIAMENTO

O autor é bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde 1 de abril de 2024 no âmbito do projeto Formação de Pesquisadores para os Desafios do Século XXI, chamada CNPq n. 35 de 2023 para apoio a projetos de pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, pelo auxílio. Aos professores Gustavo Henrique de Araújo Freire e Gustavo Silva Saldanha, pela arguição das ideias que estão presentes neste texto e pelo estímulo à sua produção. Ao amigo Diogo Xavier da Mata, que realizou uma leitura atenta, crítica e generosa da primeira versão, antes da submissão.

REFERÊNCIAS

AFRO 1º. O coração do povo e o cérebro do Brasil: instrução pública I. /n: LIMA, Bruno Rodrigues de (org.). **Democracia: 1866-1869**: Luiz Gama. São Paulo: Hedra, 2021. p. 137-139. [Publicação de Luiz Gama sob o pseudônimo Afro 1º com o título original de Instrução Pública I publicado no jornal Democracia em 1 de dezembro de 1867].

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Presidential Committee on Information Literacy**: Final Report. Washington, DC: American Library Association, 1989. Disponível em: <https://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 16 jul. 2024.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

AZEVEDO, Alciene. **Orfeu de carapinha**: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. 200 anos da primeira biblioteca pública do Brasil: considerações histórico-biblioteconômicas acerca dessa efeméride. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 2-25, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22782/18366>. Acesso em: 16 jul. 2024.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista; MACEDO, Neusa Dias de. Da educação de usuários ao treinamento do bibliotecário. **Revista brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São

Paulo, v. 23, n. 1/4, p. 78-111, jan./dez. 1990. Disponível em:
https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/09/pdf_d4ee6963b7_0018788.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.

BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; SALDANHA, Gustavo. Competência crítica em informação como crítica à competência em informação. **Informação e sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 29, n. 3, p. 5-22, jul./set. 2019. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/47337/27363>. Acesso em: 16 jul. 2024.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. **O bibliotecário perfeito**: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento informacional no Brasil**: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico. 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Conferência** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2003. [Tradução da conferência realizada no V ENANCIB]. Disponível em: https://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 16 jul. 2024.

CAREGNATO, Sônia Elisa. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia e Comunicação**, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, jan./dez. 2000. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/11663/1/artigoRBC.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia brasileira**. Brasília, DF: Thesaurus, 2000.

DE LUCCA, Djuli Machado; PINTO, Marli Dias de Souza; VITORINO, Elizete Vieira. Educação de usuários e Competência em Informação: interlocuções teóricas e práticas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [São Paulo], v. 15, n. 1, p. 170-193, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1160/1106>. Acesso em: 27 fev. 2025.

DE LUCCA, Djuli Machado; VITORINO, Elizete Vieira. Competência em informação e suas raízes teórico-epistemológicas da Ciência da Informação: em foco, a fenomenologia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [Belo Horizonte], v. 25, n. 3, p. 22-48, set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/25503/19921>. Acesso em: 27 fev. 2025.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Políticas de Competência em Informação: leitura sobre os primórdios e a visão dos pioneiros da Information Literacy. In: ALVES, Fernanda Maria Melo; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira (org.). **Competência em Informação**: políticas públicas, teoria e prática. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 19-50.

FREIRE, Isa Maria; ALVARES, Lilian. 25 anos de ANCIB: relato sobre sua história e contribuição para a Ciência da Informação no Brasil. **Tendências da pesquisa brasileira em Ciência da**

Informação, [s. l.], v. 6, n. 2, jul./dez. 2013. Disponível em:
<https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/292/292>. Acesso em: 16 jul. 2024.

FREIRE, Paulo. Alfabetização de adultos e bibliotecas populares: uma introdução. In: FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 33-48.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 143-179.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 24, n. 3, p. 333-346, n. esp. 2000. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/46566/35700>. Acesso em: 16 jul. 2024.

KUHLTHAU, Carol. **Como usar a biblioteca na escola**: um programa de atividades para o ensino fundamental. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. **Introdução ao estudo da escola nova**: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea. 14. ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 9-28.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Técnicas de análise do material qualitativo. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. p. 303-360.

MOSTAFA, Solange Puntel. **Epistemologia da Biblioteconomia**. 1985. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10705>. Acesso em: 16 jul. 2024.

NASCIMENTO, Leandro dos Santos. **Informação e educação**: as origens da Information Literacy: um estudo do relatório “The information service environment relationships and priorities”, de Paul Zurkowski. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em:
<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-03122018-153225/publico/LeandrodosSantosNascimento.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. rev. atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

PERES, Eliane Teresinha. Relações de gênero, classe social e grupo étnico nos cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1915). **História da Educação**, Pelotas, v.1, n. 1, p. 21-66, abr. 1997. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30627/pdf>. Acesso em: 16 jul. 2024.

PIMENTA, Jussara Santos. **Leitura, arte e educação:** a biblioteca infantil do Pavilhão Mourisco (1934-1937). Curitiba: CRV, 2011.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Mutações na Ciência da Informação e reflexos nas mandalas interdisciplinares. **Informação e sociedade:** estudos, João Pessoa, v. 28, n. 3, p. 115-134, set./dez. 2018. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/43317/22019>. Acesso em: 16 jul. 2024.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, jan./jul. 1995. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/609/611>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SALDANHA, Gustavo Silva. A invenção da Ciência da Informação segundo Nicolas Roubakine (Rubakin). **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 12, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/477/459>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SHERA, Jesse Hauk. **Introduction to Library Science:** basic elements of library service. Littleton, CO: Libraries Unlimited Inc., 1976.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **O ensino da Biblioteconomia no contexto brasileiro:** século XX. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. UFSC, 2009.

URIBE TIRADO, Alejandro. **Lecciones aprendidas en programas de Alfabetización Informacional en universidades de Iberoamérica:** propuesta de buenas prácticas. 2013. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação) – Universidad de Granada, Universidad de La Habana, Granada, 2013. Disponível em:
<http://eprints.rclis.org/22416/1/TESIS%20COMPLETA.%20Alejandro%20Uribe%20Tirado.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2024.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil.** 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 497-517.

VIDAL, Diana Gonçalves. Livros por toda parte: o ensino ativo e a racionalização da leitura nos anos 1920 e 1930 no Brasil. In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, História e história da leitura.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999. p. 335-355.

ZATTAR, Marianna. Por que a Competência em Informação promove prática e não status? **Biblioo**, Rio de Janeiro, 4 jun. 2018. Disponível em: <https://biblio.info/competencia-em-informacao-promove-pratica/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

ZURKOWSKI, Paul G. **The information service environment relationships and priorities:** related paper no. 5. Washington, D.C.: National Commission on Libraries and Information Science, 1974. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

Como citar o artigo

ROSA, Victor Soares. Uma pré-história da competência da informação: a busca pelos indícios dos elementos fundantes de um campo. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 9, p. e38040, 2025. DOI: <https://doi.org/10.21680/2447-0198.2025v9n1ID38040>.